



MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO REALIZADO POR MEIO DA INTERNET

TIPO: Menor Preço por Item

Pregão Eletrônico nº 17/2023

Processo administrativo nº: 70/2023

Requisição Protocolo nº 1488/2022

OBJETO: Contratação de Seguro Predial para Edificações Pertencente ao Patrimônio Municipal, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

Pregão Eletrônico nº 17/2023
Processo administrativo nº: 70/2023
Requisição Protocolo nº 1488/2022

O **MUNICÍPIO DE MUITOS CAPÕES/RS**, através de sua representante legal, a Exm^a. Prefeita Municipal, Sra. **Rita de Cássia Campos Pereira**, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo menor preço item, destinado a futura contratação do objeto especificado no Anexo I deste Edital.

O presente certame será regido pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto municipal nº 1.392/2020 que (regulamenta a modalidade de licitação pregão eletrônico e presencial) e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a Prefeita Municipal para propor a homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente na página www.muitoscapoes.rs.gov.br/licitacoes e no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.



<u>RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ:</u>	17:00horas do 26/04/2023.
<u>RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ:</u>	17:00horas do 26/04/2023.
<u>RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ:</u>	08:50 horas do dia 02/05/2023.
<u>ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA:</u>	às 09:00 horas do dia 02/05/2023.
<u>INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:</u>	às 09:01 horas do dia 02/05/2023.
<u>MODO DE DISPUTA:</u>	Aberto.

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de Seguro Predial para Edificações Pertencente ao Patrimônio Municipal, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.

2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

O Valor estimado desta licitação é de **R\$ 40.510,41 (quarenta mil quinhentos e dez reais e quarenta e um centavos)**.

2.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados nas seguintes dotações orçamentárias:

2.112 Manutenção da Secretaria de Administração – Ficha 57

2.118 Manutenção da Secretaria de Obras – Ficha 103

2.141 Manutenção da Secretaria de Educação – Ficha 151

2.195 Manutenção da Secretaria de Assistência Social – Ficha 370

2.181 Manutenção da Secretaria de Saúde – Ficha 291

2.220 Manutenção da Secretaria de Esportes – Ficha 500

Natureza da Despesa: 3.3.90.39 Outros Serviços terceiros de pessoa jurídica

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

3.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

3.2. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados do recebimento da impugnação.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

3.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico,



em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

- 3.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 3.7. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- 3.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 3.9. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.
- 3.10. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

- 4.1. Poderão participar da licitação as empresas interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação e que:
- 4.1.1. As licitantes que não estejam cadastradas ou que estiverem com seus cadastramentos vencidos, também poderão participar da licitação, desde que atendidas as exigências do **item 13**, deste edital.
- 4.2. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.
- 4.2.1. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- 4.3. Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, ou participar do contrato dela decorrente, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:
- 4.3.1. Pessoas físicas não empresárias;
- 4.3.2. Servidor ou dirigente da administração municipal;
- 4.3.3. O autor do Termo de Referência, Anexo I deste edital, pessoa física ou jurídica.
- 4.3.4. **As sociedades empresárias:**
- 4.3.4.1. que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;
- 4.3.4.2. que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- 4.3.4.3. que integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência);



- 4.3.4.4. que estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;
- 4.3.4.5. integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 4.3.4.6. que, isoladamente ou em consórcio, tenham sido responsáveis pela elaboração do termo de referência, ou da qual o autor do termo de referência seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- 4.3.4.7. cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Município de Muitos Capões, em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de contrato de serviço terceirizado ou contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens, ou ainda de convênios e os instrumentos equivalentes;
- 4.3.4.8. estrangeiras que não funcionem no país;
- 4.4. O descumprimento de qualquer condição de participação será motivo para a inabilitação do licitante.
- 4.5. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s).
- 4.6. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

5. DO CREDENCIAMENTO:

- 5.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 5.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 5.2.1. Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br.
- 5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.3.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à(ao) Município de Muitos Capões, responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.4. O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.



5.6. O Pregão será conduzido pela **Comissão Permanente de Licitação**, com apoio técnico e operacional do Portal de Compras Públicas, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

6. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA:

6.1. Neste certame não se aplica o direito de preferência previsto no Decretos municipal nº 1.391/2020 que (regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública municipal).

7. DA COTA RESERVADA:

7.1. Em virtude do caráter indivisível do objeto deste presente pregão, não será aplicada a reserva de cota de 25% para as empresas preferenciais, prevista no art. 48, III, da Lei Complementar nº 123/2006 regulamentado pelo Decreto Municipal nº 1.391/2020.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA:

8.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

8.1.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.

8.2. O licitante não poderá cotar quantidades de serviços/produtos inferiores ao total do objeto, observado o limite mínimo de quantitativos previstos no Anexo I deste Edital.

8.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

8.4. O licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.4.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

8.4.2. Descrição detalhada do serviço cotado indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

8.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus anexos, prevalecerão as últimas.

8.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação.

8.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



8.8. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes **Declarações on line**, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

8.8.1. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

8.8.1.1. A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.8.2. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

8.9. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação, e somente após requisição do Pregoeiro.

8.10. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a licitante às sanções previstas no **item 18** deste Edital.

9. DA ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES:

9.1. A abertura da sessão pública dar-se-á mediante comando do Pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.3.2. A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo conforme definido no **item 12** deste edital.

9.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



9.7.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas).

9.7.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.11. Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível ou verificar que houve erro de digitação, deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.

9.11.1. Considera-se absolutamente inexequível a proposta que reduzir o valor do último lance ofertado em mais de 85%.

9.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.13. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

9.14. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

10. DO EMPATE:

10.1. Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, situação em que, como critério de desempate, será assegurado o direito de preferência de que trata os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 1.391/2020, mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

10.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no item **10.1**, será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

10.1.2. Apresentada proposta nas condições acima referidas, esta será considerada como a licitante detentora do lance mais vantajoso, dando prosseguimento ao certame na forma do item **11** e seguintes;



10.1.3. Não apresentada proposta na condição cima referida, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte, no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

10.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs / EPPs que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.1.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e conforme art. 5º, §6º do Decreto Municipal nº 1.391/2020.

10.1.6. Na hipótese de não declaração de licitante vencedora, enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será dado prosseguimento ao certame na forma do item **11** e seguintes da licitante que originalmente apresentou a menor proposta ou lance.

10.1.7. O disposto nos subitens **10.1.1** a **10.1.6**, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.1.8. A desistência em apresentar lance implicará na manutenção do último preço ofertado pela licitante, para efeito de classificação de aceitabilidade da proposta.

10.2. Se o pregoeiro observar que há licitantes em situação de empate que enviaram seus lances em horários exatamente iguais, mas não se enquadram como MEs / EPPs, adotará os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

10.2.1. Utilização de bens e serviços produzidos no Brasil;

10.2.2. Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

10.2.3. Utilização de bens e serviços produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento tecnológico no País;

10.2.4. Utilização de bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

10.2.5. Sorteio.

10.3. A proposta declarada vencedora será inserida, na fase de Aceitação, no campo "Valor Negociado", com a devida justificativa.

11. DA NEGOCIAÇÃO DIRETA:

11.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.



12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

12.1. Encerrada a etapa de negociação se houver, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

12.2. O Pregoeiro convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado num prazo máximo de 2 (duas) horas, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.

12.2.1. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.

12.2.2. A proposta deve conter:

a) Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);

b) O preço **unitário e total para cada serviço/produto cotado, especificados no Termo de Referência (Anexo I deste Edital)**, bem como o valor por item, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

c) A **descrição do serviço/produto cotado** de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

d) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;

e) Conter prazo de execução/entrega dos serviços/produtos conforme descrito no Anexo I, contados da ordem de serviço ou entrega do produto.

f) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.

12.3. O não envio da proposta ajustada por meio do correio eletrônico com todos os requisitos elencados no subitem **12.2.2**, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

12.4. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

12.5. Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor definido para o respectivo objeto no Termo de Referência.

12.5.1. A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o Pregoeiro, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado.

12.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.



12.7. O Pregoeiro em conjunto com a Equipe de Apoio poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, salvo a juntada de documentos, para atender a exigência deste edital, findo o prazo estabelecido no **item 12.2.**

12.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.8.1. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, serão observados os procedimentos previstos nos **itens 10 e 11.**

12.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006 e de acordo com o Decreto Municipal nº 1.391/2020, seguindo-se a disciplina estabelecida no **item 10** deste edital, se for o caso.

12.11. A proposta original, com todos os requisitos do **item 12.2.2**, deverá ser encaminhada em envelope fechado e identificado com dados da empresa e do pregão eletrônico, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no sistema, ao protocolo da Prefeitura Municipal de Muitos Capões/RS, sito à Rua Dorval Antunes Pereira, nº 950, CEP 95.230-000, Telefone (54) 3232-5707 – Setor de Licitações, aos cuidados do Pregoeiro, informando o número e objeto do Pregão Eletrônico.

13. DA HABILITAÇÃO:

13.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

13.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

13.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

13.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

13.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força dos artigos 3º e 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

13.2. O Pregoeiro consultará em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

13.2.1. As licitantes devidamente cadastradas deverão encaminhar os seguintes documentos:



I – Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação consistente em **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante prestado serviço compatível como o objeto desta licitação;

II – Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

III – Declaração de que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (modelo Anexo III ao Edital).

13.2.2. A licitante cuja habilitação parcial acusar como situação do fornecedor algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

13.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados previamente como fornecedores do Município, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista, Habilitação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica:

13.3.1. COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

I – Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis junto a Junta Comercial da respectiva sede, para o caso de empresário individual;

II – Para licitante microempreendedor individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

III – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, para os casos de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI;

IV – Caso o licitante seja sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

V – Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede do licitante, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, para o caso de sociedade simples;

VI – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; **(Item não aplicável para o objeto deste certame)**

VII – Ata de fundação da cooperativa e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; (Quando se tratar de cooperativa)

VIII – Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012; (Quando se tratar de participação de agricultor familiar) **(Item não aplicável para o objeto deste certame)**



IX – Matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165); (Quando se tratar de participação de produtor rural); **(Item não aplicável para o objeto deste certame)**

13.3.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

I – Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

II – Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante;

IV – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

V – Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

VI – Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

13.3.2.1. Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

13.3.2.2. Caso o licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente que demonstre tal isenção.

13.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I – Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

II – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$



$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

c) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 5 (cinco por cento) do valor total estimado para o(s) **item(ns)/lote(s)** cotado(s) constante(s) do Anexo I deste edital.

13.3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I - Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante prestado serviço/ou fornecido material compatível como o objeto desta licitação.

II - **Certidão Negativa** fornecida pela **Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em vigor**, comprovando que a licitante **não está sofrendo processo de liquidação**, bem como informando **o ramo de seguros que está autorizada a atuar**.

13.4. DA HABILITAÇÃO DAS MEs / EPPs

13.4.1. As empresas qualificadas como ME / EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.

13.4.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

13.4.2.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13.4.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

13.4.3.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.4.4. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Município de Muitos Capões, através da Comissão Permanente de Licitações, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame.

13.4.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado:

(a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal; e



(b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

13.5. ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

13.5.1. Os documentos exigidos para a habilitação, conforme regulado neste Edital, deverão ser enviados em até 4 (quatro) horas, exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema.

13.5.2. Os documentos de habilitação serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas ou por servidor/funcionário da Comissão Permanente de Licitação, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de no máximo 3 (três) dias úteis, juntamente com a proposta de preços em envelope fechado e identificado com dados da empresa e do pregão eletrônico, na forma do **item 12.11** deste Edital.

13.5.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos **em nome e CNPJ da matriz** ou todos **em nome e CNPJ da filial**, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

13.5.4. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial que deverá estar datada dos últimos 30 (trinta) dias (**itens 13.2.1, II, e 13.3.3, I**).

13.5.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos enviados via correio eletrônico, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.5.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital ou deixar de enviar a documentação de habilitação por meio de campo próprio do Sistema quando solicitado pelo pregoeiro, ficando sujeito às penalidades previstas neste Edital.

13.5.7. **No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.**

13.5.8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006 e de acordo com o Decreto Municipal nº 1.391/2020, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.5.9. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

13.5.10. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

14. DOS RECURSOS:

14.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 30 (trinta) minutos.



14.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

14.1.2. Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

14.1.3. Os interessados que porventura queiram ter vista do processo licitatório poderão comparecer ao Setor de Licitações no Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de Muitos Capões, sito à Rua Dorval Antunes Pereira, nº 950, CEP 95.230-000, telefone (54) 3232-5707, de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 16:00.

14.2. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

14.2.1. As razões e contrarrazões serão recebidas somente no Setor de Licitações mediante protocolo, no Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de Muitos Capões, sito à Rua Dorval Antunes Pereira, nº 950, CEP 95.230-000, aos cuidados do Pregoeiro e identificando o Pregão Eletrônico. Não serão recebidas e conhecidas razões de recurso e contrarrazões enviadas por quaisquer outros meios (fax, correio eletrônico, etc).

14.3. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à Prefeitura Municipal para a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital (**item 14.1.3**).

14.6. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

15.1. O objeto deste pregão será adjudicado ao vencedor por ato do Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá, após a regular decisão dos recursos interpostos, a Prefeitura Municipal.

15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

16.1. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o termo de contrato ou retirar a Nota de Empenho.

16.2. O contrato a ser assinado estabelecerá as cláusulas, critérios e condições definidas no art. 55 da Lei nº 8.666/1993 e observará os termos contidos na minuta Anexo VI deste Edital ou as disposições constantes de instrumento equivalente.



16.3. O prazo máximo para assinatura e entrega do termo de contrato é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação ou envio por e-mail.

16.3.1. O prazo para assinatura do termo de contrato acima estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

16.3.2. Alternativamente à convocação para a assinatura do termo de contrato, o Setor de Licitação e Contratos, pelo e-mail licitamc@muitoscapoes.rs.gov.br, ou poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

16.3.3. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital.

16.4. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.5. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, prorrogável na ocorrência de uma das hipóteses dispostas no art. 57, 1º da Lei nº 8.666/1993.

16.6. Os seguintes requisitos foram estabelecidos no Termo de contrato, Anexo VI deste Edital, ou instrumento equivalente, e serão de observância obrigatória dos contratados:

I – as hipóteses, prazo e condições de prestação das garantias;

II – critérios para o recebimento do objeto;

III – prazos e condições de pagamento;

IV – atualização financeira ou reajustamentos, quando possível;

V – hipóteses de compensações financeiras ou penalizações, por eventuais atrasos e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos.

16.7. O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

16.8. Será designado um Fiscal Gestor para o contrato, que desempenhará as atribuições de fiscalização da prestação do serviço e/ou recebimento do(s) produto(s).

16.9. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste Pregão.

16.10. O objeto da licitação deverá ser entregue, nos prazos, local e condições previstas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital e observará as regras para recebimento definidas no Contrato, anexo VI, ou instrumento equivalente.

17. DA FISCALIZAÇÃO:

17.1. Sujeitar-se-á a Contratada à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da autoridade encarregada de acompanhar o fornecimento do objeto desta licitação, observadas as regras definidas na minuta contratual, Anexo VI deste Edital, ou no instrumento equivalente.



18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, não aceitar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação exigida neste edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Muitos Capões, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e seus anexos e das demais cominações legais.

18.2. A Administração poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei nº 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente

18.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade.

18.5. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município de Muitos Capões, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções definidas na minuta do contrato, anexo VII deste edital ou dispostas em instrumento equivalente.

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993.

18.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao Município de Muitos Capões, observado o princípio da proporcionalidade.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. O Município de Muitos Capões, por sua representante legal, Prefeita Municipal, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

19.1.1. A anulação do pregão induz à do contrato.

19.1.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

19.2. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

19.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Prefeitura Municipal de Muitos Capões.



19.4. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. A critério do pregoeiro, o prazo para o envio da proposta de preços e da documentação de habilitação poderá ser prorrogado pelo tempo que se julgar necessário.

19.7. A autoridade competente poderá, em qualquer fase do processo licitatório, desclassificar a proposta da licitante que for declarada inidônea, assegurada a ampla defesa.

19.8. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.8.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.9. O foro da Comarca de Vacaria/RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente licitação e da aplicação do presente Edital.

19.10. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo (a) Pregoeiro (a), no endereço eletrônico mencionado neste Edital, **item 3.5**, ou através do fone (54)3232-5707.

19.11. Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da Comissão Permanente de Licitações através do Pregoeiro lotado no Município de Muitos Capões, sem prejuízo do disposto no inciso V do art. 4º, da Lei nº 10.520/2002.

19.12. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e também na página www.muitoscapoes.rs.gov.br.

20. ANEXOS:

20.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

20.1.1. ANEXO I - Termo de Referência;

20.1.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

20.1.3. ANEXO III – Modelo de Declaração de que não Emprega Menor;

20.1.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de Enquadramento como ME/EPP;

20.1.5. ANEXO V – Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade;

20.1.6. ANEXO VI – Minuta do Contrato

Muitos Capões, 13 de abril de 2023.

Rita de Cássia Campos Pereira
Prefeita

ANEXO I

Termo de Referência

Secretaria Solicitante	Secretaria da Administração
Objeto Contratado	Contratação de Seguro Predial para Edificações Pertencente ao Patrimônio Municipal
Justificativa	A presente contratação é motivada pela necessidade de garantir a cobertura de despesas frente a eventuais danos que possam atingir os prédios e instalações, estando assim em plena atividade.
Prazo de Entrega da Cobertura	Imediato.
Prazo de Vigência	Vigência da apólice de 365 dias
Servidor Fiscalizador	Secretário Municipal da Administração, Sr. Tiago da Silva Magero.
Condições de Pagamento	O pagamento do objeto será em parcela única, no prazo de 30 () dias úteis após a apresentação da(s) respectiva(s) apólices, desde que devidamente atestada(s) por servidor(es) da Municipalidade.

Itens/coberturas e localização

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.	Cobertura incêndio/raio/furacão/explosão	Cobertura vendaval e granizo	Franquia máxima de 10% para cobertura de vendaval/granizo	Local das edificações
1	CENTRO ESPORTIVO ALZIR DALLAGNOLL	1	UN	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00	10%	AV PROGRESSO, N 465, CENTRO, MUITOS CAPÕES - RS, CEP 95230-000
2	CRAS- CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	UN	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00	10%	AVENIDA PROGRESSO, N 655, CENTRO, MUITOS CAPÕES - RS- CEP 95230-0000
3	EEMEF - ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL - GINA GUANINI	1	UN	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00	10%	RUA DORIVAL ROVEDA , N 990 ,CENTRO - MUITOS CAPÕES - RS - CEP : 95230-000
4	FUNERARIA MUNICIPAL	1	UN	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	10%	RUA DORIVAL ROVEDA , N 440 , CENTRO - MUITOS CAPÕES - RS - CEP : 95230-000
5	GINASIO DE ESPORTES	1	UN	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	10%	RUA JOAO CLARO PEREIRA ,N 190, CENTRO , MUITOS CAPÕES - RS, CEP 95230-000
6	PARQUE DE RODEIOS HUGO TEIXEIRA DE LEMOS	1	UN	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00	10%	RUA DORIVAL ROVEDA , N 1000 , AP 01 CENTRO - MUITOS CAPÕES - RS - CEP : 95230-000
7	POSTO DE SAUDE - UBS - BOM RETIRO	1	UN	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	10%	ESTRADA SECUNDARIA , N 2970 , CENTRO - MUITOS CAPÕES - RS - CEP 95230-000
8	POSTO DE SAUDE - UBS - CAPÃO GRANDE	1	UN	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	10%	ESTRADA CAPÃO GRANDE, N 798, CENTRO - MUITOS CAPÕES - RS- CEP 95230-000
9	POSTO DE SAUDE - UBS - FAZENDA LARANJEIRAS	1	UN	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	10%	RUA CAPELA SÃO ROQUE , N 250, CENTRO, MUITOS CAPÕES - RS CEP 952300-000
10	POSTO DE SAÚDE - UBS - VILA ITUIM	1	UN	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	10%	ESTRADA SERRA DA LIMEIRA , N 800, CENTRO, MUITOS CAPÕES -RS - CEP 95230-000
11	POSTO DE SAÚDE - UBS- SEDE	1	UN	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00	10%	RUA DOVAL ANTUNES PEREIRA , N 500 ,CENTRO - MUITOS CAPÕES - RS - CEP : 95230-000
12	PREFEITURA DE MUITOS CAPOES - CENTRO ADMINISTRATIVO	1	UN	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00	10%	RUA DORIVAL ROVEDA , N 950 , CENTRO - MUITOS CAPÕES - RS - CEP : 95230-000
13	SECRETARIA DE OBRAS	1	UN	R\$ 800.000,00	R\$ 800.000,00	10%	RUA DORIVAL ROVEDA , N 1000 , AP 02 CENTRO - MUITOS CAPÕES - RS - CEP : 95230-000



Obs.: A cobertura de vendaval e granizo é sem impacto de veículos.

Valor médio de referência para os itens.

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.	Cobertura incêndio/raio/fumaça/explosão (A)	Cobertura vendaval/granizo (B)	Valor de Referência (A) + (B)
1	CENTRO ESPORTIVO ADIR DALLAGNOLL	1	UN	800.000,00	800.000,00	R\$ 5.938,62
2	CRAS- CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	UN	800.000,00	800.000,00	R\$ 1.718,45
3	EEMEF - ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL - GINA GUANINI	1	UN	800.000,00	800.000,00	R\$ 4.987,16
4	FUNERARIA MUNICIPAL	1	UN	500.000,00	500.000,00	R\$ 3.764,82
5	GINASIO DE ESPORTES	1	UN	500.000,00	500.000,00	R\$ 5.938,62
6	PARQUE DE RODEIOS HUGO TEIXEIRA DE LEMOS	1	UN	800.000,00	800.000,00	R\$ 2.200,09
7	POSTO DE SAUDE - UBS - BOM RETIRO	1	UN	500.000,00	500.000,00	R\$ 1.750,74
8	POSTO DE SAUDE - UBS - CAPÃO GRANDE	1	UN	500.000,00	500.000,00	R\$ 2.223,40
9	POSTO DE SAUDE - UBS - FAZENDA LARANJEIRAS	1	UN	500.000,00	500.000,00	R\$ 1.750,74
10	POSTO DE SAÚDE - UBS - VILA ITUIM	1	UN	500.000,00	500.000,00	R\$ 1.750,74
11	POSTO DE SAÚDE - UBS- SEDE	1	UN	800.000,00	800.000,00	R\$ 2.274,57
12	PREFEITURA DE MUITOS CAPOES - CENTRO ADMINISTRATIVO	1	UN	800.000,00	800.000,00	R\$ 3.342,60
13	SECRETARIA DE OBRAS	1	UN	800.000,00	800.000,00	R\$ 2.869,86

1. Objeto

Contratação de Seguro Predial para Edificações Pertencente ao Patrimônio Municipal.

1.1. Especificações do Objeto

1.1.1. Do valor de mercado referenciado

Nos casos em que será necessária a indenização integral, o valor pago, deverá ser tomado como base o valor de mercado;

1.1.2. Da apólice

- a) A Contratada tem prazo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir a apólice solicitada;
- b) A apólice deverá ser disponibilizada para a contratante no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ordem de emissão por parte do município;
- c) O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos.



1.1.3. Da Avaria

- a) Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial;
- b) Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral;
- c) Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

1.1.4. Do Bônus

A licitante vencedora, independentemente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus estabelecidos na planilha orçamentária.

1.1.5. Do Endosso

- a) Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de bens, na apólice poderão ser solicitadas pela contratante e processadas pela seguradora, mediante endosso;
- b) A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido da contratante;
- c) Poderá ser solicitada, através de emissão de endosso, correção de dados e informações emitidos erroneamente, referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice, assim como, a inclusão de novas edificações, obedecendo as normas legais de inclusão de endosso.

1.1.6. Da Franquia

- a) Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas na apólice, não devendo exceder o limite máximo que está estabelecido em cada item, devendo, para isso, serem consideradas as informações e detalhes constantes na planilha orçamentária, podendo ser ofertada, de acordo com análise dos bens e seus devidos bônus, franquias de valores menores;
- b) A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos;
- c) Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral.

1.1.7. Dos Sinistros

- a) Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.
- b) Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, a contratante poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.



c) Em caso de sinistro, a corretora deverá prestar todo suporte necessário ao município, relativo ao acionamento e encaminhamento de documentos, até a indenização.

1.1.8. Do Aviso do Sinistro e outras informações

- a) A contratada deverá colocar a disposição da contratante, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro;
- b) A central deverá funcionar por telefone gratuito, e poderá ser oferecido atendimento complementar por e-mail ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional;
- c) Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a contratada terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria e proceder à liberação do serviço a ser executado;
- d) Após a vistoria a seguradora terá o prazo de no máximo 5 (cinco) dias para efetuar a indenização.

1.1.9. Da Vistoria

- a) As licitantes interessadas em vistoriar os bens a serem segurados deverão agendar antecipadamente;
- b) Quando solicitada, a vistoria deverá ser marcada no prazo de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas antes da sua realização, devendo ser realizada em até 24 (vinte e quatro) horas antes da abertura do processo licitatório.
- c) Não realizada a vistoria ou não obedecidos os prazos previstos para a sua marcação ou realização, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontram os bens;
- d) O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

1.1.10. Da Indenização

- a) Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.
- b) Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

1.1.11. Período de Execução

A apólice terá sua vigência a contar da emissão da mesma, por um prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

OBS.: A empresa deve possuir registro junto a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

2. Caracterização dos prédios

FICHA TÉCNICA DE EDIFICAÇÃO



Identificação do Imóvel:

1. Nome Imóvel:
Imóvel

2. Proprietário:
CPF/CNPJ

3. Endereço do Imóvel:
Nome da Rua N° casa Lote Quadra

4. Endereço do Imóvel:
Bairro Município Estado

4. Endereço do Imóvel:
Latitude Longitude

Dados Técnicos da Edificação:

5. Tipologia do Imóvel: Residencial Industrial Institucional Comercial Misto | N° de Pavimentos:

6. Uso do Imóvel / Área:
Uso do imóvel Área Construída existente (m²)

Características da Edificação:

7. Estrutura do imóvel:
Estrutura utilizada Tipo de parede

Tipo cobertura Esquadrias Tipo revestimento

Pintura Tipo do piso Forro

Instalações:

8. Abastecimento de água: Rede pública Poço de captação Reutilização Outro:

9. Esgotamento sanitário: Rede pública Fossa séptica vala de infiltração Fossa séptica sumidouro

10. Instalações elétricas: Embutida Aparente

Relatório Fotográfico:



FICHA TÉCNICA DE EDIFICAÇÃO



Identificação do Imóvel:

1. Nome Imóvel:
Imóvel

2. Proprietário:
CPF/CNPJ

3. Endereço do Imóvel:
Nome da Rua Nº casa Lote Quadra

4. Endereço do Imóvel:
Bairro Município Estado

Latitude Longitude

Dados Técnicos da Edificação:

5. Tipologia do Imóvel: Residencial Industrial Institucional Comercial Misto | N° de Pavimentos:

6. Uso do Imóvel / Área:
Uso do imóvel Área Construída existente (m²)

Características da Edificação:

7. Estrutura do imóvel:
Estrutura utilizada Tipo de parede

Tipo cobertura Esquadrias Tipo revestimento

Pintura Tipo do piso Forro

Instalações:

8. Abastecimento de água: Rede pública Poço de captação Reutilização Outro:

9. Esgotamento sanitário: Rede pública Fossa séptica vala de infiltração Fossa séptica sumidouro

10. Instalações elétricas: Embutida Aparente

Relatório Fotográfico:



FICHA TÉCNICA DE EDIFICAÇÃO



Identificação do Imóvel:

1. Nome Imóvel:
Imóvel

2. Proprietário:
CPF/CNPJ

3. Endereço do Imóvel:
Nome da Rua Nº casa Lote Quadra

4. Endereço do Imóvel:
Bairro Município Estado

Latitude Longitude

Dados Técnicos da Edificação:

5. Tipologia do Imóvel: Residencial Industrial Institucional Comercial Misto | N° de Pavimentos:

6. Uso do Imóvel / Área:
Uso do imóvel Área Construída existente (m²)

Características da Edificação:

7. Estrutura do imóvel:
Estrutura utilizada Tipo de parede

Tipo cobertura Esquadrias Tipo revestimento

Pintura Tipo do piso Forro

Instalações:

8. Abastecimento de água: Rede pública Poço de captação Reutilização Outro:

9. Esgotamento sanitário: Rede pública Fossa séptica vala de infiltração Fossa séptica sumidouro

10. Instalações elétricas: Embutida Aparente

Relatório Fotográfico:



FICHA TÉCNICA DE EDIFICAÇÃO



Identificação do Imóvel:

1. Nome Imóvel:	FUNERÁRIA MUNICIPAL <small>Imóvel</small>		
2. Proprietário:	MUNICIPIO DE MUITOS CAPÕES	01.621.714/0001-80 <small>CPF/CNPJ</small>	
3. Endereço do Imóvel:	RUA DOVAL ANTUNES PEREIRA <small>Nome da Rua</small>		
	CENTRO	MUITOS CAPÕES	RIO GRANDE DO SUL <small>Nº casa Lote Quadra Estado</small>
4. Endereço do Imóvel:	-28.317343° <small>Latitude</small>		-51.185124° <small>Longitude</small>

Dados Técnicos da Edificação:

5. Tipologia do Imóvel:	<input type="checkbox"/> Residencial	<input type="checkbox"/> Industrial	<input checked="" type="checkbox"/> Institucional	<input type="checkbox"/> Comercial	<input type="checkbox"/> Misto	Nº de Pavimentos:	1
6. Uso do Imóvel / Área:	FUNERÁRIA MUNICIPAL <small>Uso do imóvel</small>			148,50 m ² <small>Área Construída existente (m²)</small>			

Características da Edificação:

7. Estrutura do imóvel:	ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO <small>Estrutura utilizada</small>	ALVENARIA DE TIJOLO APARENTE <small>Tipo de parede</small>	
	TELHA DE CERÂMICA <small>Tipo cobertura</small>	ESQUADRIAS EM FERRO <small>Esquadrias</small>	TIJOLO APARENTE <small>Tipo revestimento</small>
	RESINA ACRILICA <small>Pintura</small>	PISO CERÂMICO <small>Tipo do piso</small>	FORRO EM MADEIRA <small>Forro</small>

Instalações:

8. Abastecimento de água:	<input checked="" type="checkbox"/> Rede pública	<input type="checkbox"/> Poço de captação	<input type="checkbox"/> Reutilização	<input type="checkbox"/> Outro:	
9. Esgotamento sanitário:	<input type="checkbox"/> Rede pública	<input type="checkbox"/> Fossa séptica vala de infiltração	<input checked="" type="checkbox"/> Fossa séptica sumidouro		
10. Instalações elétricas:	<input checked="" type="checkbox"/> Embutida	<input type="checkbox"/> Aparente			

Relatório Fotográfico:



FICHA TÉCNICA DE EDIFICAÇÃO



Identificação do Imóvel:

1. Nome Imóvel:
Imóvel
2. Proprietário:
Nome CPF/CNPJ
3. Endereço do Imóvel:
Nome da Rua Nº casa Lote Quadra
4. Endereço do Imóvel:
Bairro Município Estado
5. Endereço do Imóvel:
Latitude Longitude

Dados Técnicos da Edificação:

5. Tipologia do Imóvel: Residencial Industrial Institucional Comercial Misto | N° de Pavimentos:
6. Uso do Imóvel / Área:
Uso do imóvel Área Construída existente (m²)

Características da Edificação:

7. Estrutura do imóvel:
Estrutura utilizada Tipo de parede
- Tipo cobertura Esquadrias Tipo revestimento*
- Pintura Tipo do piso Forro*

Instalações:

8. Abastecimento de água: Rede pública Poço de captação Reutilização Outro:
9. Esgotamento sanitário: Rede pública Fossa séptica vala de infiltração Fossa séptica sumidouro
10. Instalações elétricas: Embutida Aparente

Relatório Fotográfico:



FICHA TÉCNICA DE EDIFICAÇÃO



Identificação do Imóvel:

1. Nome Imóvel:
Imóvel

2. Proprietário:
CPF/CNPJ

3. Endereço do Imóvel:
Nome da Rua N° casa Lote Quadra

4. Endereço do Imóvel:
Bairro Município Estado

Latitude Longitude

Dados Técnicos da Edificação:

5. Tipologia do Imóvel: Residencial Industrial Institucional Comercial Misto | N° de Pavimentos:

6. Uso do Imóvel / Área:
Uso do imóvel Área Construída existente (m²)

Características da Edificação:

7. Estrutura do imóvel:
Estrutura utilizada Tipo de parede

Tipo cobertura Esquadrias Tipo revestimento

Pintura Tipo do piso Forro

Instalações:

8. Abastecimento de água: Rede pública Poço de captação Reutilização Outro:

9. Esgotamento sanitário: Rede pública Fossa séptica vala de infiltração Fossa séptica sumidouro

10. Instalações elétricas: Embutida Aparente

Relatório Fotográfico:



FICHA TÉCNICA DE EDIFICAÇÃO



Identificação do Imóvel:

1. Nome Imóvel:
Imóvel
2. Proprietário:
Nome CPF/CNPJ
3. Endereço do Imóvel:
Nome da Rua Nº casa Lote Quadra
- Bairro Município Estado*
4. Endereço do Imóvel:
Latitude Longitude

Dados Técnicos da Edificação:

5. Tipologia do Imóvel: Residencial Industrial Institucional Comercial Misto | N° de Pavimentos:
6. Uso do Imóvel / Área:
Uso do imóvel Área Construída existente (m²)

Características da Edificação:

7. Estrutura do imóvel:
Estrutura utilizada Tipo de parede
- Tipo cobertura Esquadrias Tipo revestimento*
- Pintura Tipo do piso Forro*

Instalações:

8. Abastecimento de água: Rede pública Poço de captação Reutilização Outro:
9. Esgotamento sanitário: Rede pública Fossa séptica vala de infiltração Fossa séptica sumidouro
10. Instalações elétricas: Embutida Aparente

Relatório Fotográfico:



FICHA TÉCNICA DE EDIFICAÇÃO



Identificação do Imóvel:

1. Nome Imóvel:
Imóvel
2. Proprietário:
Nome CPF/CNPJ
3. Endereço do Imóvel:
Nome da Rua Nº casa Lote Quadra
4. Endereço do Imóvel:
Bairro Município Estado
4. Endereço do Imóvel:
Latitude Longitude

Dados Técnicos da Edificação:

5. Tipologia do Imóvel: Residencial Industrial Institucional Comercial Misto | N° de Pavimentos:
6. Uso do Imóvel / Área:
Uso do imóvel Área Construída existente (m²)

Características da Edificação:

7. Estrutura do imóvel:
Estrutura utilizada Tipo de parede
- Tipo cobertura Esquadrias Tipo revestimento*
- Pintura Tipo do piso Forro*

Instalações:

8. Abastecimento de água: Rede pública Poço de captação Reutilização Outro:
9. Esgotamento sanitário: Rede pública Fossa séptica vala de infiltração Fossa séptica sumidouro
10. Instalações elétricas: Embutida Aparente

Relatório Fotográfico:



FICHA TÉCNICA DE EDIFICAÇÃO



Identificação do Imóvel:

1. Nome Imóvel:
Imóvel
2. Proprietário:
CPF/CNPJ
3. Endereço do Imóvel:
Nome da Rua N° casa Lote Quadra
4. Endereço do Imóvel:
Bairro Município Estado
5.
Latitude Longitude

Dados Técnicos da Edificação:

5. Tipologia do Imóvel: Residencial Industrial Institucional Comercial Misto | N° de Pavimentos:
6. Uso do Imóvel / Área:
Uso do imóvel Área Construída existente (m²)

Características da Edificação:

7. Estrutura do imóvel:
Estrutura utilizada Tipo de parede
- Tipo cobertura Esquadrias Tipo revestimento
- Pintura Tipo do piso Forro

Instalações:

8. Abastecimento de água: Rede pública Poço de captação Reutilização Outro:
9. Esgotamento sanitário: Rede pública Fossa séptica vala de infiltração Fossa séptica sumidouro
10. Instalações elétricas: Embutida Aparente

Relatório Fotográfico:



FICHA TÉCNICA DE EDIFICAÇÃO



Identificação do Imóvel:

1. Nome Imóvel:
Imóvel
2. Proprietário:
Nome CPF/CNPJ
3. Endereço do Imóvel:
Nome da Rua Nº casa Lote Quadra
4. Endereço do Imóvel:
Bairro Município Estado
4. Endereço do Imóvel:
Latitude Longitude

Dados Técnicos da Edificação:

5. Tipologia do Imóvel: Residencial Industrial Institucional Comercial Misto | N° de Pavimentos:
6. Uso do Imóvel / Área:
Uso do imóvel Área Construída existente (m²)

Características da Edificação:

7. Estrutura do imóvel:
Estrutura utilizada Tipo de parede
- Tipo cobertura Esquadrias Tipo revestimento*
- Pintura Tipo do piso Forro*

Instalações:

8. Abastecimento de água: Rede pública Poço de captação Reutilização Outro:
9. Esgotamento sanitário: Rede pública Fossa séptica vala de infiltração Fossa séptica sumidouro
10. Instalações elétricas: Embutida Aparente

Relatório Fotográfico:



FICHA TÉCNICA DE EDIFICAÇÃO



Identificação do Imóvel:

1. Nome Imóvel:
Imóvel
2. Proprietário:
CPF/CNPJ
3. Endereço do Imóvel:
Nome da Rua *Nº casa* *Lote* *Quadra*
- Bairro* *Município* *Estado*
4. Endereço do Imóvel:
Latitude *Longitude*

Dados Técnicos da Edificação:

5. Tipologia do Imóvel: Residencial Industrial Institucional Comercial Misto | N° de Pavimentos:
6. Uso do Imóvel / Área:
Uso do imóvel *Área Construída existente (m²)*

Características da Edificação:

7. Estrutura do imóvel:
Estrutura utilizada *Tipo de parede*
- Tipo cobertura* *Esquadrias* *Tipo revestimento*
- Pintura* *Tipo do piso* *Forro*

Instalações:

8. Abastecimento de água: Rede pública Poço de captação Reutilização Outro:
9. Esgotamento sanitário: Rede pública Fossa séptica vala de infiltração Fossa séptica sumidouro
10. Instalações elétricas: Embutida Aparente

Relatório Fotográfico:



FICHA TÉCNICA DE EDIFICAÇÃO



Identificação do Imóvel:

1. Nome Imóvel:
Imóvel

2. Proprietário:
CPF/CNPJ

3. Endereço do Imóvel:
Nome da Rua Nº casa Lote Quadra

4. Endereço do Imóvel:
Bairro Município Estado

Latitude Longitude

Dados Técnicos da Edificação:

5. Tipologia do Imóvel: Residencial Industrial Institucional Comercial Misto | N° de Pavimentos:

6. Uso do Imóvel / Área:
Uso do imóvel Área Construída existente (m²)

Características da Edificação:

7. Estrutura do imóvel:
Estrutura utilizada Tipo de parede

Tipo cobertura Esquadrias Tipo revestimento

Pintura Tipo do piso Forro

Instalações:

8. Abastecimento de água: Rede pública Poço de captação Reutilização Outro:

9. Esgotamento sanitário: Rede pública Fossa séptica vala de infiltração Fossa séptica sumidouro

10. Instalações elétricas: Embutida Aparente

Relatório Fotográfico:



FICHA TÉCNICA DE EDIFICAÇÃO



Identificação do Imóvel:

1. Nome Imóvel:
Imóvel

2. Proprietário:
CPF/CNPJ

3. Endereço do Imóvel:
Nome da Rua N° casa Lote Quadra

4. Endereço do Imóvel:
Bairro Município Estado

Latitude Longitude

Dados Técnicos da Edificação:

5. Tipologia do Imóvel: Residencial Industrial Institucional Comercial Misto | N° de Pavimentos:

6. Uso do Imóvel / Área:
Uso do imóvel Área Construída existente (m²)

Características da Edificação:

7. Estrutura do imóvel:
Estrutura utilizada Tipo de parede

Tipo cobertura Esquadrias Tipo revestimento

Pintura Tipo do piso Forro

Instalações:

8. Abastecimento de água: Rede pública Poço de captação Reutilização Outro:

9. Esgotamento sanitário: Rede pública Fossa séptica vala de infiltração Fossa séptica sumidouro

10. Instalações elétricas: Embutida Aparente

Relatório Fotográfico:





ANEXO II (MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS)

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)

PREGÃO ELETRÔNICO N° _____

PROPOSTA DE PREÇO

Empresa:

Endereço:

CNPJ:

Insc. Estadual:

BANCO:

AGÊNCIA:

C/C N°

Item	Descrição do Produto/Seguro/Apólice	Qte.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
1		1	UN		

Prazo de validade da proposta: 60 dias.

Declaramos que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros e atende aos dispositivos no termo de referência anexo I.

_____, de _____ de 2023.



ANEXO III

MODELO – EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos e mão-de-obra infantil.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, _____ de _____ de 20__.

.....

(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e o CPF nº....., DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a sua qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º; que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do art. 3º da citada Lei Complementar.

_____, _____ de _____ de 20__.

Representante Legal



ANEXO V

MODELO

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

_____, _____ de _____ de 20____.

Representante Legal



ANEXO VI

MODELO

MINUTA CONTRATO

(Algumas cláusulas poderão sofrer adequação conforme termo de referência e edital no momento da contratação)

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº _____ /2023
Referente Pregão Eletrônico nº 17/2023

O MUNICÍPIO DE MUITOS CAPÕES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.621.714/0001-80, com sede no Centro Administrativo Municipal da Prefeitura Municipal de Muitos Capões, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. Rita de Cássia Campos Pereira, denominado de CONTRATANTE, e, do outro lado, a empresa, _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, com sede na _____ - Bairro _____ - Cidade _____, representada por seu Diretor gerente _____, inscrito no CPF sob nº _____ denominada de CONTRATADA, com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93 e no PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/2023, processo administrativo nº 70/2023, firmam o presente contrato nos termos das cláusulas que seguem e que são aceitas pelas partes:

CLÁUSULAS:

1 - O objeto deste instrumento é a Contratação de Seguro Predial para Edificações Pertencente ao Patrimônio Municipal, conforme especificações a seguir:

2 - DO FISCAL E DO GESTOR DO CONTRATO: Secretário Municipal Sr. Tiago da Silva Magero.

3 - A seguradora deverá cobrir todos os riscos derivados, tudo de acordo com a cobertura contratada conforme descrição detalhada no item do termo de referência do edital.

4. A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ _____ (_____), em parcela única, 30 dias úteis, após a VIGÊNCIA DA APÓLICE, com depósito no Banco _____, Agência _____, Conta corrente _____, vinculado ao CNPJ _____.

4.1. O valor do pagamento da apólice é referente aos itens contratados: _____

12. A despesa correrá por conta de dotações orçamentárias específicas:

2.112 – Manutenção da Secretaria de Administração; 2.113 – Manutenção, conservação e abastecimento de veículos;

2.195 – 2.112 Manutenção da Secretaria de Administração – Ficha 57

2.118 Manutenção da Secretaria de Obras – Ficha 103

2.141 Manutenção da Secretaria de Educação – Ficha 151

2.195 Manutenção da Secretaria de Assistência Social – Ficha 370

2.181 Manutenção da Secretaria de Saúde – Ficha 291

2.220 Manutenção da Secretaria de Esportes – Ficha 500



Natureza da Despesa: 3.3.90.39 Outros Serviços terceiros de pessoa jurídica

DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis na vigência do contrato. Caso houver renovação, após decorridos 12 (doze) meses de sua vigência, este será reajustado pelo índice IPCA-IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo, sobre o valor originalmente contratado, tendo por data base a data da assinatura do contrato.

14. DAS PENALIDADES

A) Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, decorrentes do descumprimento contratual:

B) 10% (dez por cento) por dia, até o 4º (quarto) dia de atraso, da entrega do produto sobre o valor da parcela, por ocorrência;

C) 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

D) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.

E) O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Muitos Capões, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

F) As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro: O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser pago por meio de guia própria, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso;

Parágrafo Segundo: As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

15. O presente contrato poderá ser rescindido, de pleno direito, nas seguintes situações:

a) por ato unilateral da Administração, nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, e

c) judicialmente, nos termos da legislação.

16. Além das obrigações acordadas neste instrumento contratual, fica a CONTRATADA obrigada a manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.

17. Fica eleito o foro da Comarca de Vacaria/RS, para dirimir eventuais dúvidas decorrentes do presente contrato.

18. No que for omissivo este contrato administrativo ou conflitante com o edital prevalece as normas previstas no edital e termo de referência do Pregão Eletrônico nº 17/2023.



19. DA LEI REGRADORA

19.1. A presente contratação reger-se-á pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Lei n.º 10.520/02, as quais, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

20. DAS ALTERAÇÕES

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplinado artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.2. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

20.3. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias neste certame em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.4. Os contratos poderão ser aditados tanto para adicionar edificações como para removê-los de uma apólice, conforme art. 65 §1º da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações.

20.5. No caso de adição de uma edificação, o mesmo deve ser feito no contrato da mesma categoria, ou seja, do mesmo lote. O valor da franquia e dos prêmios deverão ser semelhantes aa edificações com as mesmas características (tipo, motorização, ano e etc.).

20.6. Caso não exista uma edificação semelhante, tais valores não deverão ser maiores que a média de mercado. Nestes casos, a CONTRATADA deverá apresentar comprovação dos valores de mercado (orçamentos, índices, etc.), sendo que o CONTRATANTE fará a análise, aprovando ou não.

20.7. No caso de remoção de uma edificação da apólice, a CONTRATADA deverá ressarcir o Município com os valores de Prêmio proporcionais ao tempo restante da vigência.

20.8. A duração deste contrato está regida de acordo com a Lei 8.666/93 art. 57, II, e ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

20.8.1. A prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a **sessenta meses**.

E, por estarem justos e acordados, lavrou-se este ato em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que, achado conforme e assinado, foi entregue às partes.

Muitos Capões, ___de___de 2023.

MUNICIPIO DE MUITOS CAPÕES
Rita de Cássia Campos Pereira
Prefeita

Contratada
Representate legal

Patrícia V. Chedid
OAB/RS nº49.122

TIAGO MAGERO
Secretário Municipal da Administração
Gestor e Fiscal do Contrato

Testemunhas:

Leandro Marciano Hörlle, Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE ITAPUCA

Protocolo: 2023000843130

AVISO DE LICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE ITAPUCA/RS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2023

O Prefeito Municipal de Itapuca/RS TORNA PÚBLICO que se encontra aberto a Licitação na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objetivo a **Contratação de Empresa Para Prestação de Serviço de Escavadeira Hidráulica de Esteiras Para Abertura de Micro Açudes**. As propostas e documentos deverão ser apresentados até às **09h30min do dia 28 de abril de 2023**. Editais e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, pelo telefone (51) 9.9618.2895, pelo site www.itapuca.rs.gov.br/licitacoes ou pelo e-mail compras@itapuca.rs.gov.br.

Itapuca/RS, 13 de abril de 2023. Tulio João Paludo – Prefeito Municipal em Exercício.

MUNICÍPIO DE IVOTI

Protocolo: 2023000843135

Edital nº 83/2023 – Tomada de Preços nº 10/2023. Contratação por empreitada global(material e mão de obra), para a execução de piso de concreto na quadra da Escola Municipal de Ensino Fundamental Olavo Bilac, no Município de Ivoti/RS. As propostas serão abertas no dia 03 de maio de 2023, às 9h. Informações: Departamento de Licitações, pelo telefone 51-3563.8800 ou pelo site www.ivoti.rs.gov.br. Ivoti, 13 de abril de 2023. Martin Cesar Kalkmann – Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE MATO QUEIMADO

Protocolo: 2023000843117

PREGÃO ELETRÔNICO 03/2023

OBJETO: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para as Secretarias Municipais. JULGAMENTO: Menor preço por item. INÍCIO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 16h00min do dia 14/04/2023; FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 17h:00min horas do dia 27/04/2023; ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: das 08h:01min às 08h:29h do dia 28/04/2023; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h30min do dia 28/04/2023. LOCAL: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC bnc.org.br. INFORMAÇÕES: Fone: (55)3190-0108. projetos.matoqueimado@gmail.com site: www.matoqueimado-rs.com.br. Mato Queimado – RS., 14 de abril de 2023. Joaquim Bourscheidt, Prefeito.

MUNICÍPIO DE MONTE BELO DO SUL

Protocolo: 2023000843064

CHAMADA PÚBLICA 01/2023

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme Lei n.º 11.947/2009 de 16/06/2009 e resoluções do FNDE n.º 06 de 08/05/2020. Data limite para recebimento da documentação para habilitação e Projeto de venda: 08.05.2023, até às 09h00min. Edital e anexos no site: <https://www.montebelodosul.rs.gov.br/>

Monte Belo do Sul, 14 de abril de 2023.

Adenir José Dallé
Prefeito Municipal

Protocolo: 2023000843077

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2023

O Município de Monte Belo do Sul, torna público, que nos dias 17/04, 18/04, 19/04, 20/04 e 24/04 de 2023, das 8h00min às 11h00min, e das 13h30min às 16h, na sede da Prefeitura Municipal, a Comissão irá receber os currículos para contratação do seguinte cargo temporário: Psicólogo (1+CR), Merendeira/Servente (CR), Professor de Educação Infantil 40 hs (CR). Edital e anexos disponíveis no mural da Prefeitura e no portal: <https://www.montebelodosul.rs.gov.br>. Monte Belo do Sul, 14 de abril de 2023. **ADENIR JOSÉ DALLÉ** - Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE MUITOS CAPÕES

Protocolo: 2023000843093

Pregão Eletrônico Nº 17/2023, Processo Administrativo Nº 70/2023, do tipo menor preço por Item. Objeto: contratação de Seguro Predial para Edificações pertencente ao Patrimônio Municipal. Sessão pública: 02/05/2023, às 09h, horário de Brasília/DF. Edital nos sites: www.muitoscapes.rs.gov.br/licitacoes e www.portaldecompraspublicas.com.br. A disponibilização respeitará os prazos mínimos estipulados em lei. Informações pelo fone: 54 3232-5707 Setor de Licitações. Muitos Capões, 13/04/2023. **Rita de Cássia Campos Pereira – Prefeita / Eduardo Gargioni – Pregoeiro.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COQUEIROS DO SUL

Edital nº 021/2023 - Processo Licitatório nº 026/2023
Pregão Presencial nº 006/2023 - SRP nº 004/2023

O Município de Coqueiros do Sul torna pública a abertura da seguinte Licitação: Modalidade: Pregão Presencial. Abertura: 02/05/2023, às 09h. Objeto: SRP Pneus Novos. Edital e anexos disponíveis no portal eletrônico www.coqueirosul.com.br. Informações pelo fone (54) 3329-7700. - Coqueiros do Sul - RS, em 14 de abril de 2023. - Valoir Chapuis - Prefeito Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALDANHA MARINHO

Resultado de Licitação

O Município de Saldanha Marinho - RS torna público o resultado do seguinte processo licitatório: Pregão Eletrônico 04/2023 - Registro de preços para futura e eventual aquisição de combustível óleo diesel S-500. Fornecedor: Comércio de Combustíveis Cavalinho Ltda. Saldanha Marinho, 13 de abril de 2023.

Adão Julcemar Altmeyer
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALDANHA MARINHO

Aviso de Licitação: O Município de Saldanha Marinho - RS torna público o seguinte processo licitatório: Pregão Eletrônico nº 005/2023 - no dia 28 de abril de 2023, às 8 horas, para contratação de serviços especializados de castração de animais (cães e gatos fêmeas). Maiores informações na Avenida Silva Tavares nº 1127, em Saldanha Marinho, ou pelo telefone (55) 3373-1072. Edital na íntegra pelos sites www.saldanhamarinho.rs.gov.br; www.bll.org.br. Saldanha Marinho, 13 de abril de 2023. Adão Julcemar Altmeyer, Prefeito Municipal.

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA RITA

Concorrência Pública nº 01/2023

O Município de Nova Santa Rita, Torna Público que se encontra aberta a Concorrência Pública nº 01/2023 para a contratação de empresa de engenharia elétrica para prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva e preditiva, modernização e eficiência em entradas de energia, subestações transformadoras, medições de energia, quadros gerais de baixa tensão, centros de distribuição de energia, instalações elétricas de iluminação, tomadas, força de telecomunicações, lógica, redes elétrica de distribuição em média e baixa tensão, junto aos próprios do município de Nova Santa Rita. O edital na íntegra encontra-se disponível na Central de Licitações e site www.novasantarita.rs.gov.br. Abertura dos envelopes dia 16/05/2023 às 10 horas. Nova Santa Rita/RS, 14 de abril de 2023.

Central de Licitações
RODRIGO AMADEO BATTISTELLA
Prefeito MunicipalEstado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTA GORDA
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023: O Município de Anta Gorda/RS comunica aos interessados que se encontra aberto processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço por item.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de brita e pedrisco.

DATA DA ABERTURA: 03/05/2023 às 14:00 horas

INFORMAÇÕES: O edital poderá ser obtido no Centro Administrativo Municipal, sito na Rua Pe. Hermínio Catelli, 659, Centro, de segunda a sexta feira das 8h às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo endereço eletrônico www.antagorda.rs.gov.br, informações pelo fone (51)3756-1149.

Anta Gorda, 13/04/2023.

Francisco David Frighetto - Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SINIMBU
PODER EXECUTIVOAVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 020/2023

O MUNICÍPIO DE SINIMBU, RS, torna público, para o conhecimento dos interessados a retificação da planilha orçamentária e valor no termo de referência da licitação modalidade de Concorrência nº 020/2023, cujo objeto é a contratação de serviços técnicos por empresa especializada para prestação de serviços de atendimento por profissionais /equipe no serviço de atendimento móvel as urgências - SAMU para o Município de Sinimbu. A nova data de abertura das propostas será no dia 17 DE MAIO DE 2023, às 09 horas. Cópia do Edital contendo detalhes poderão ser obtidas no site do Município www.sinimbu.rs.gov.br. Maiores informações pelo fone (51) 3708-1175. Secretaria de Finanças e Planejamento, em 13 de abril de 2023.

Publique-se:

Carlos Backes Filho
Secretário da Administração, Finanças e Planejamento.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Muitos Capões/RS, torna pública a abertura do seguinte processo licitatório: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 17/2023**, processo administrativo nº 70/2023 do tipo menor preço por Item. Objeto: Contratação de Seguro Predial para Edificações Pertencente ao Patrimônio Municipal. A sessão pública será no dia 02/05/2023 às 09h00min, horário de Brasília-DF. Edital encontra-se disponibilizado nos sites www.muitoscapoes.rs.gov.br/licitacoes e www.portaldecompraspublicas.com.br. A disponibilização respeitará os prazos mínimos estipulados em lei. Informações fone (54)-3232-5707. Setor de Licitações. Muitos Capões, 13 de abril de 2023. Rita de Cássia Campos Pereira - Prefeita.

Publique-se.

Eduardo Gargioni
PregoeiroESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAZINHO
SETOR DE LICITAÇÕES
Carazinho - Capital da Hospitalidade e da LogísticaFazenda em Movimento
AVISO DE RETIFICAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023
RETIFICADO E REPUBLICADO

O Município de Carazinho/RS torna pública a retificação da seguinte licitação: **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023**, que tem por objeto a contratação de instituição financeira, (através de cessão onerosa), para operar os serviços de processamento e gerenciamento de crédito, provenientes da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Prefeitura Municipal de Carazinho, FUNDEB, ELETROCAR, CAPSEM E PREVI CARAZINHO, em caráter de exclusividade, bem como dos créditos decorrentes de ordens judiciais. Habilitação e propostas serão recebidas em 18/04/2023, às 9 h, na sala de reuniões do Departamento de Licitações. Editais disponíveis no site do Município www.carazinho.rs.gov.br/portal/editais/1. Informações pelo telefone (54) 3331 - 2699 - Ramal 102 ou 129, e-mail eduardo_kraemer@carazinho.rs.gov.br. Carazinho (RS), 13 de abril de 2023.

Milton Schmitz
Prefeito

SAÚDE

Farmácia Móvel de Erechim realiza 120 atendimentos na primeira semana

A Farmácia Móvel de Erechim, que tem como proposta levar medicamentos controlados para as pessoas, humanizando a retirada e facilitando o acesso para quem reside nos bairros, iniciou suas atividades nesta semana e já conta com mais de 120 atendimentos nesses três primeiros dias de funcionamento.

A secretária de Saúde, Éclesan Palhão destacou que os primeiros dias de atendimento da Farmácia Móvel têm sido muito significativos. “Já nessa primeira semana podemos presenciar que as pessoas aprovaram o nosso projeto de levar os medicamentos para os bairros de Erechim. Com esse atendimento mais humanizado, as

pessoas retiraram os medicamentos que precisam e ainda podem tirar dúvidas, solicitar orientações sem precisar se deslocar até o centro”, explica.

“Nessa perspectiva, além da distribuição gratuita, a comunidade é orientada sobre aspectos como dosagem correta, influência dos alimentos, interação com outros medicamentos, reconhecimento de reações e a melhor forma de conservação do produto. Nesse formato, a Farmácia Móvel é uma estratégia de saúde fundamental para promoção da qualidade de vida e promoção à saúde e não apenas de forma individual, mas também coletiva com ganho para toda a sociedade”, finaliza a secretária de Saúde de Erechim.

Hospital de Canoas apresenta novo diretor-geral

Na manhã desta quinta-feira (13), foi apresentado ao corpo diretivo do Hospital Nossa Senhora das Graças de Canoas o novo diretor-geral da instituição, Luís Antônio Alves Linder. O profissional será responsável por gerir a instituição, que é referência para 78 cidades gaúchas e atende cerca de 15 mil pacientes por mês.

Em visita ao local, o prefeito Jairo Jorge apresentou o novo diretor e realizou uma imersão com a equipe do HNSG. “Sabemos da grave situação em que se encontra a saúde do município, mas estamos tomando as medidas necessárias para que possamos voltar a prestar um atendimento de excelência. Neste momento, vamos seguir com o comitê interventor até que a situação seja resolvida, para que a Prefeitura seja parte da solução, e não do problema”, afirmou.

Linder destacou como será o trabalho à frente da instituição. “Estamos encontrando uma situação complicada. Neste primeiro momento, vamos elencar as prioridades e trabalhar junto com a Prefeitura e o comitê interventor para recuperar a situação do hospital e oferecer o melhor atendimento à população. Importante termos a noção de que todo o nosso trabalho vai refletir no paciente, na forma que ele será atendido”, salientou.

Com mais de 20 anos de atuação na área de gestão, Luís Antônio Alves Linder é pós-graduado em Auditoria em Saúde e Administração Hospitalar, com experiência na função de diretor no Hospital São José, do município de Dois Irmãos. Também atuou como gerente administrativo no Hospital Psiquiátrico Vicença Maria da Fontoura Lopes e como supervisor administrativo na Santa Casa de Rio Grande.

□ SÃO LEOPOLDO - No sábado (15) será realizada a audiência pública ambiental para apresentação do mapa atualizado da Rede Hídrica de São Leopoldo. O evento será às 9h30, no Museu do Rio dos Sinos. Promovida por meio do Departamento de Áreas Protegidas e Parques Ambientais e inserida no Programa de Preservação Hídrica e das Sub-bacias, a atividade vai abordar os resultados da etapa 1 do Pró-Arroios, na qual foi realizado o mapeamento comunitário dos arroios de São Leopoldo, e o lançamento do Caderno Técnico Sistema Municipal de Áreas Protegidas (Sismap): Afluentes do Rio dos Sinos em São Leopoldo. “O Pró-Arroio, concluiu a sua primeira etapa agora no dia 17 de março, na oficina sobre os afluentes do Rio dos Sinos no município. Os resultados deste trabalho serão apresentados na audiência pública com a atualização da hidrologia de São Leopoldo. São, no total, 113 quilômetros de arroios em São Leopoldo”, ressaltou o coordenador do Deappa, Darci Zanini.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALDANHA MARINHO

Aviso de Licitação: O Município de Saldanha Marinho - RS torna público o seguinte processo licitatório: Pregão Eletrônico nº 006/2023 - no dia 02 de maio de 2023, às 8 horas, para contratação de empresa especializada para realização e construção de poço artesiano e do sistema simplificado de abastecimento de água, a ser implantado na Comunidade de Linha Aparecida. Maiores informações na Avenida Silva Tavares nº 1127, em Saldanha Marinho, ou pelo telefone (55) 3373-1072. Edital na íntegra pelos sites www.saldanhamarinho.rs.gov.br; www.bll.org.br. Saldanha Marinho, 13 de abril de 2023. Adão Julcemar Altmeyer, Prefeito Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBATÉ

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial 05/2023

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA REFORMAS, SECRETARIA DE OBRAS, abertura dos envelopes 08h;30min, do dia 28 de Abril de 2023, na sala de Reuniões Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Padre Réus 1582, centro Caibaté RS. Edital no site: www.caibaté.rs.gov.br. E-mail: compras@caibaté.rs.gov.br. Informações pelo telefone (55) 3355-1300, Ramal 216.

Caibaté, 14 de abril de 2023.

AMAURI PIRES DA SILVA - PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRANDO PARA TODOS!
GESTÃO 2021-2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

AVISO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2023. O Prefeito Municipal torna público que está SUSPENSO o referido Pregão em razão da REQUISIÇÃO DE DOCUMENTO(S) E/OU INFORMAÇÃO(ÕES) Nº 533988 do TCE/RS. Após realizadas as alterações solicitadas, o edital será republicado com NOVA DATA PARA A ABERTURA E REALIZAÇÃO DO CERTAME, tudo nos termos da Lei 8.666/93. O acompanhamento do processo poderá ser feito através dos sites <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> e www.saofranciscodeassis.rs.gov.br, link LICITAÇÕES e informações pelo e-mail licitacoes@saofranciscodeassis.rs.gov.br das 08h às 14h. PAULO RENATO CORTELENI-PREFEITO MUNICIPAL

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARCOS

AVISO DE REVOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São Marcos, torna público a revogação do PROCESSO Nº 137/2023 PREGÃO PRESENCIAL nº. 017/2023 - RP

OBJETO: Luminárias de Led

Maiores informações poderão ser obtidas no setor de Licitações da Prefeitura Municipal de São Marcos-RS, pelo telefone (54) 3291-9900 ou pelo site www.saomarcos.rs.gov.br

Evandro Carlos Kuwer
Prefeito MunicipalESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAZINHO
SETOR DE LICITAÇÕES
Carazinho - Capital da Hospitalidade e da LogísticaFazenda em Movimento
AVISO DE REABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2023

O Município de Carazinho/RS torna pública a reabertura da seguinte licitação: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras e parceladas de Luminárias LED e Relés Foto Eletrônicos, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais. **Recebimento das propostas:** no período de 17 a 28 de abril de 2023, até às 9h (horário de Brasília). A sessão de lances será no dia 28 de abril de 2023, às 9 horas e 30 minutos. Editais disponíveis no site do Município www.carazinho.rs.gov.br/portal/editais/1 ou em www.pregaoonlinebanrisul.com.br. Informações pelo telefone (54) 3331-2699, ramal 102 / (54) 3331-1083, e-mail pregao@carazinho.rs.gov.br. Carazinho (RS), 12 de abril de 2023.

Vanusa Pereira
Diretora de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL - RS, comunica que realizará os seguintes processos licitatórios:

TOMADA DE PREÇO Nº 006/2023 - Contratação de empresa para execução de pavimentação com pedra irregular de basalto da RUA ERNANDE DE OLIVEIRA, trecho entre as Ruas Octávio Stribe e Roque Molina dos Santos, no Bairro Maturino de Oliveira Bello, com recursos oriundos Contrato de Repasse nº 923389/2021/MDR/ Caixa e contrapartida do Município. **ABERTURA: 05/05/2023, 9hs.**

TOMADA DE PREÇO Nº 007/2023 - Contratação de empresa para execução de pavimentação com pedra irregular de basalto da RUA BRASIL, trecho entre as Ruas Rui Barbosa e Marquês do Herval, no Bairro Riveira, com recursos oriundos Contrato de Repasse nº 916653/2021/MDR/ Caixa e contrapartida do Município. **ABERTURA: 05/05/2023, 11hs.**

Editais no site www.saopedrodosul.rs.gov.br São Pedro do Sul, 13 de abril de 2023. Vernei Pedro Delcul, Vice-Prefeito no Exercício do Cargo de Prefeito Municipal